

# Semana inglesa não tem aval da maioria

A maioria dos trabalhadores que executam funções essenciais à população e que trabalham também nos finais de semana, como policiais, médicos, frentistas entre outros, se posicionam contra a implantação da semana inglesa em Brasília. Mesmo com o argumento das escalas de plantão, que sempre lhes oferece alguns dias de folga durante a semana para as compras, as opiniões são quase unânimes: "Comércio é comércio e tem que funcionar conforme o mercado".

"A cidade, capital do País, se caracteriza por ter uma população *sui generis*, composta em sua maioria por funcionários públicos", observa o ortopedista Carlos Augusto Gadelha, constatando que o alto poder aquisitivo dos brasileiros em relação ao restante dos brasileiros "possibilita-os, nos sábados e inícios dos dias de semana, a uma prática de consumo intensa". Ele acrescentou que com os novos horários (fechamento após as 22h e a partir do meio-dia no sábado) a comunidade terá suas atividades restringidas.

**Plantão** — O médico, que folga alguns dias na semana, pois trabalha em regime de plantão, 24 horas ininterruptas, se diz totalmente contra a semana inglesa, "que se contrapõe à lei da oferta e da procura, e Brasília seria o último lugar onde isto daria certo".

Os trabalhadores do ramo de transporte que direta ou parcialmente são afetados com a implantação da semana inglesa, — pois além de serem escalados em plantão, também trabalham em função do fluxo do mercado, ou seja, do movimento do comércio — posicionam-se contra esta implantação. O motorista de táxi José Pereira Costa, que pega seus clientes em frente ao Conjunto Nacional, acredita que perderá cerca de 30 por cento de suas corridas com os novos horários de fechamento das lojas.

O rodoviário James de Barros

não se importa com a diminuição dos passageiros nos ônibus, mas avalia que ficará difícil fazer supermercado. Seu horário de trabalho no sábado e nos dias de semana, é até as 18h, assim, ele terá que esperar sua folga dominical fixada em dois dias de descanso, e que só ocorre de 40 em 40 dias para fazer compras. O motorista avalia que sua categoria será a mais prejudicada com a medida.

**Garçons** — Outra parcela de trabalhadores que poderá ser penalizada com a implantação da semana inglesa, garçons e garçonetes, opinaram de forma imparcial à respeito. De acordo com o garçom Edmilson Sales Fernandes, que trabalha em um bar do Setor Comercial Sul, há a possibilidade de perder boa parte de suas gorjetas com fregueses que vão às compras depois do expediente e nas tardes de sábado, mas, por outro lado, "trabalha-se menos", disse Edmilson. Já a garçonete do Conjunto Nacional, Helena de Andrade, se sente sensibilizada com a classe dos comerciários e segundo ela é justo que eles tirem folga.

Os frentistas do posto do Souza, na Asa Sul, não possuem uma opinião formada sobre o assunto. José Lima Dias, depois de questionado quanto ao novo horário proposto, respondeu que é contra, após dar-se conta das limitações que a semana inglesa instituirá.

Os policiais, que são obrigados a cumprir uma escala rígida de serviços com plantões durante quase o dia todo, não serão prejudicados com a semana inglesa, de acordo com o capitão Rathge, da Polícia Militar. Ele acha que as folgas oferecidas podem perfeitamente ser ajustadas ao novo horário de funcionamento do comércio. Já o policial civil, Nabi Rodrigues, concorda com a maioria dos entrevistados afirmando que a tradição inglesa não combina com o comportamento do povo brasileiro.

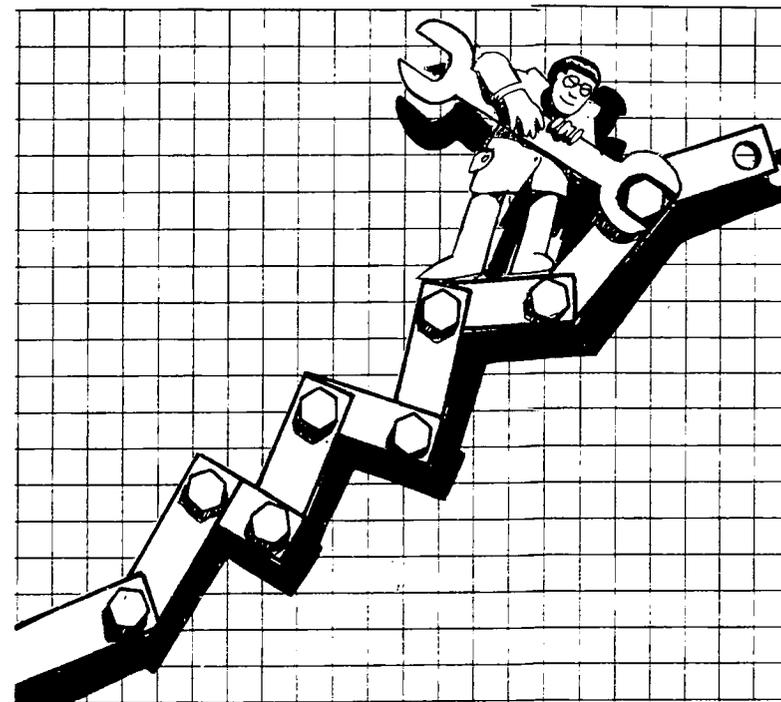
## Semana deve ser à japonesa

Augusto Aguiar

**A** primeira grande decisão da recém-inaugurada Câmara Legislativa, eleita pela população do Distrito Federal para trabalhar a seu favor, foi uma evidente demonstração de inexperiência, fraqueza e retrocesso. A controversa aprovação da semana inglesa — que reduz o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, a jornada de trabalho de milhares de empregados do setor — colide com as regras de um mercado que tem como objetivo o trabalho, a concorrência, a geração de empregos e o repasse de impostos, tudo isso contribuindo para a melhoria do padrão de vida da própria comunidade.

Pressionados por grupos sindicalistas, e de forma unilateral, os deputados distritais que votaram a favor da semana inglesa o fizeram de maneira impensada e sem medir a profundidade da questão, mas tão somente para agradar uma minoria de comerciários que, contrariando a lei da oferta e da procura, deseja investir no ócio, quando o momento é de aumentar a produção. O que se viu com a aprovação deste projeto foi um grande descontentamento, para não dizer irritação, da sociedade de consumo (as enquetes feitas pelos jornais estão aí para comprovar) e, até mesmo, de uma parcela sensata de comerciários que gostaria de, ao contrário do que prega a lei, trabalhar mais para poder ganhar mais.

Este projeto demagógico, interesseiro, polêmico, foi um golpe na mesma população que elegeu há poucos meses seus representantes. Bastas consultar o



**CORREIO BRAZILIENSE** de ontem, na capa de seu caderno Cidades, para constatar que a aprovação da semana inglesa pela Câmara Legislativa foi um ato precipitado. A própria instituição já está dividida quanto ao mérito da questão e apresenta sinais de arrendimento. Outra constatação, levantada pelo professor Russomano e endossada por diversos outros juristas, é a de que o projeto aprovado é inconstitucional, pois somente o Congresso Nacional pode legislar sobre questões trabalhistas.

Agora, o "abacaxi" está nas mãos do governador Joaquim Roriz para ser descascado. Restando ainda dez dias para tomar uma posição a respeito, Roriz poderá vetá-lo, total ou parcialmente, e devolvê-lo à Câmara para uma nova rodada de votações. O que os deputados devem fazer imediatamente é uma ampla consulta à população envolvida — e não somente ao lobby dos comerciários — para

não incorrer novamente no erro das decisões apressadas.

Se na própria terra da semana inglesa (Grã-Bretanha), os comerciários trabalham em conformidade com os anseios da população consumista; se na terra do capitalismo selvagem (Estados Unidos), as lojas funcionam até 24 horas por dia, coerentes com as leis de mercado, por que Brasília irá dar o exemplo de retrocesso implantando esta famigerada semana inglesa? O que Brasília deveria mostrar para o Brasil, a exemplo dos anos de sua construção, é a capacidade de trabalho de seu povo, a geração de novos empregos com a liberdade de funcionamento do comércio e, como bem disse o presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Sérgio Viotti, propor a implantação da "semana japonesa", já que lá do outro lado do mundo, desponta uma nação desenvolvida e próspera, moldada pela força de trabalho de seu povo.

## Pressões vêm de todo lado

O governador Joaquim Roriz tem 11 dias úteis para se pronunciar sobre o projeto que institui a semana inglesa. Sem querer emitir opinião ou ser pressionado tanto pelos empresários quanto por comerciários, Roriz tem ao seu redor críticas à matéria, vindas de seus principais auxiliares. "Estamos ficando velhos. A modernidade caminha para o maior número de opções possíveis aos consumidores", comentou um secretário.

Para esse auxiliar do governador, está havendo uma confusão entre funcionamento do comércio e horário de trabalho do comerciário. "Todos os juristas que consultamos acham a matéria inconstitucional. Questão trabalhista deve ser apreciada pelo Congresso Nacional", afirmou.

## Câmara quer tentar acordo

O deputado Geraldo Magela (PT), relator do projeto sobre a implantação da semana inglesa no DF, propôs ontem na Câmara um amplo debate entre patrões, empregados, representantes do Executivo e do Legislativo, para se tentar um acordo e evitar o veto do governador à proposta aprovada por ampla maioria na casa.

"Os comerciantes devem entender que existe a possibilidade de abertura do comércio aos sábados à tarde. Basta haver um acordo permitindo isso", lembrou Magela. Na opinião do deputado, a falta de discussão em torno do assunto gerou a radicalização das opiniões, colocando a população contra os comerciários. Caso o governador Joaquim Roriz veto o projeto, a oposição necessita de treze votos para derubá-lo.